



ASSESSORIA
administrativa

MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR/RS
CONCURSO PÚBLICO 001/2025

Fiscal

Prova Teórica Objetiva



Disciplinas	Nº Questões
Conhecimentos Gerais	05
Legislação	05
Língua Portuguesa	05
Matemática	05
Informática	05
Conhecimentos Específicos	15
TOTAL	40



Tempo de Prova:

4 Horas

INSTRUÇÕES:

Caro (a) candidato (a)!

Preste atenção nas seguintes orientações para realizar a prova:

- Confira o seu caderno de perguntas e o seu cartão respostas. Qualquer erro verificado por você, comunique imediatamente o fiscal examinador da prova.
- Você pode realizar qualquer anotação no caderno de perguntas. **Este caderno poderá ser levado junto com você para conferência, após decorrido o tempo de 2:00 HORAS.**
- Marque no cartão de respostas, apenas 1 (uma) alternativa. Caso houver mais que uma resposta marcada como a correta, será anulada a questão;
- Procure não errar as marcações no cartão resposta.
- Não esqueça de assinar o cartão respostas;

Boa prova!

Equipe HC Assessoria Administrativa

----- RASCUNHO PARA GABARITO -----

1		2		3		4		5	
6		7		8		9		10	
11		12		13		14		15	
16		17		18		19		20	
21		22		23		24		25	
26		27		28		29		30	
31		32		33		34		35	
36		37		38		39		40	



CONHECIMENTOS GERAIS

1. Em 2011, o município de Lindolfo Collor recebeu oficialmente o título de “Capital dos Tapetes de Couro”, conforme registrado na seção “História” do site oficial da Prefeitura de Lindolfo Collor/RS. Segundo essa fonte, qual foi o número do projeto de lei responsável pela concessão dessa denominação?

- A) Projeto de Lei nº 209
- B) Projeto de Lei nº 409
- C) Projeto de Lei nº 319
- D) Projeto de Lei nº 129

2. A religião teve papel central na vida dos imigrantes alemães. À medida que se estabeleciam e se organizavam, construíram as primeiras igrejas. A Igreja Evangélica Luterana da Picada 48 Baixa, localizada na Picada 48 Baixa, é citada como o mais antigo templo luterano em uso do Brasil. Segundo o site oficial da Prefeitura do município de Lindolfo Collor/RS em que ano essa igreja foi construída?

- A) 1848
- B) 1850
- C) 1852
- D) 1854

3. Após mobilização por melhores condições de vida, a comunidade conquistou sua emancipação em março de 1992, transformando a antiga localidade da Capivara em município. Considerando o ato legal que instituiu o novo município, indique a alternativa correta. Segundo o site oficial da Prefeitura de Lindolfo Collor/RS, qual é o número e a data da lei que instituiu o município de Lindolfo Collor?

- A) Lei nº 9.630, de 24 de março de 1992
- B) Lei nº 9.520, de 24 de março de 1992
- C) Lei nº 9.745, de 26 de março de 1992
- D) Lei nº 9.800, de 24 de março de 1992

4. Segundo informações retiradas do site oficial do Município de Lindolfo Collor/RS, no contexto das políticas imperiais de povoamento do sul do Brasil, o governo de D. Pedro I incentivou a vinda de famílias europeias para formar núcleos agrícolas, abrir rotas e dinamizar a economia regional. Nesse cenário, grupos de imigrantes instalaram-se na área que hoje corresponde ao município de Lindolfo Collor, estabelecendo povoados, reorganizando a paisagem produtiva e deixando marcas culturais duradouras. Considerando esse movimento de colonização promovido pelo Império e a instalação dos primeiros colonos na região, assinale o ano em que ocorreu a chegada inicial desses imigrantes europeus.

- A) 1824
- B) 1827
- C) 1830
- D) 1832

5. O euro tornou-se a moeda oficial de vários países europeus, com circulação física definida por cronograma único para todos os membros da área do euro na época. Em que data as cédulas e moedas de euro entraram oficialmente em circulação?

- A) 1º de janeiro de 1999
- B) 1º de julho de 2001
- C) 1º de março de 2003
- D) 1º de janeiro de 2002

LEGISLAÇÃO

6. De acordo com o Art. 76 da Lei Orgânica do Município de Lindolfo Collor/RS, qual é a forma prevista para que o Município exerça participação efetiva na área de segurança pública?

- A) Mediante celebração de convênios com o governo do Estado.
- B) Mediante criação de órgãos municipais próprios de policiamento e fiscalização.
- C) Mediante integração direta às estruturas operacionais da segurança estadual.
- D) Mediante instituição de programas permanentes de vigilância comunitária municipal.

7. De acordo com o Art. 2º do Plano de Carreira do Quadro Geral do Município de Lindolfo Collor/RS, o que se entende por “Enquadramento”?

- A) Processo de avaliação funcional para ajustar o servidor à classe correspondente.
- B) Procedimento de avanço remuneratório conforme o nível alcançado pelo servidor.
- C) Critério de posicionamento periódico conforme o tempo de serviço acumulado.
- D) Processo de posicionamento do servidor na nova estrutura de cargos conforme o vencimento anterior.

8. De acordo com o Art. 8º do Plano de Carreira do Quadro Geral do Município de Lindolfo Collor/RS, qual é o limite anual de faltas injustificadas permitido para fins de apuração do efetivo exercício?

- A) Até 6 faltas injustificadas computadas no período de apuração anual.
- B) Até 4 faltas injustificadas registradas no período de apuração anual.
- C) Até 3 faltas injustificadas computadas no período de apuração anual.
- D) Até 2 faltas injustificadas registradas no período de apuração anual.

9. De acordo com o Art. 80 da Lei Orgânica do Município de Lindolfo Collor/RS, qual é o prazo anual para que o Prefeito publique, em órgão oficial do Estado, as contas da administração em forma sintética?

- A) Até 31 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.
- B) Até 25 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.
- C) Até 20 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.



D) Até 15 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.

10. De acordo com o Art. 9º da Lei Municipal nº 1.780/2025, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lindolfo Collor/RS, quais são as formas de provimento de cargo público?

- A) Nomeação, promoção, readmissão, reversão, reinclusão e redistribuição.
- B) Nomeação, readaptação, reversão, reintegração, recondução e aproveitamento.
- C) Readaptação, ascensão, transferência, reintegração, transposição e recondução.
- D) Aproveitamento, reversão, retorno, readaptação, reclassificação e reintegração.

LÍNGUA PORTUGUESA

11. Assinale a palavra que continua corretamente acentuada de acordo com o Acordo Ortográfico vigente.

- A) Feiúra
- B) Heróico
- C) Idéia
- D) Rubéola

12. Assinale a alternativa em que há um ditongo e um dígrafo, respectivamente:

- A) Caixa – chuva
- B) Poesia – carro
- C) Ciência – quente
- D) Oceano – passar

13. A palavra “felizmente” é formada pelo processo de:

- A) Composição por justaposição.
- B) Derivação regressiva.
- C) Derivação sufixal.
- D) Composição por aglutinação.

14. Assinale a alternativa em que o verbo está empregado na voz passiva analítica.

- A) O diretor analisou os relatórios detalhadamente.
- B) Os relatórios foram analisados pelo diretor.
- C) O diretor se analisou em sua própria conduta.
- D) Analisaram-se os relatórios com atenção.

15. Na frase “Se ele estudasse mais, passaria no exame”, os verbos “estudasse” e “passaria” estão, respectivamente, nos modos e tempos:

- A) Indicativo – Presente
- B) Subjuntivo – Futuro do Pretérito
- C) Imperativo – Pretérito Imperfeito
- D) Subjuntivo – Presente do Indicativo

MATEMÁTICA

16. O número $\sqrt{18} + \sqrt{8}$ pode ser simplificado como:

- A) $5\sqrt{2}$
- B) $6\sqrt{2}$
- C) $4\sqrt{2}$
- D) $7\sqrt{2}$

17. Simplifique a expressão $(x + 5)^2 - (x - 5)^2$. O resultado é:

- A) $10x$
- B) $25x$
- C) $50x$
- D) $20x$

18. As raízes da equação $x^2 - 5x + 6 = 0$ são:

- A) 2 e 3
- B) 4 e 5
- C) 1 e 6
- D) 3 e 4

19. Considere a função $f(x) = x^2 - 4x + 3$. O valor mínimo da função ocorre em:

- A) $x = 1, f(x) = 2$
- B) $x = 2, f(x) = -1$
- C) $x = 3, f(x) = 0$
- D) $x = -2, f(x) = 11$

20. Considere o sistema:

$$2x + y = 9$$

$$x - y = 3$$

Qual é o valor de $x + y$?

- A) 6
- B) 4
- C) 5
- D) 7

INFORMÁTICA

21. Num processo de validação de configuração em estações com Windows 11 Pro, versão 21H2 (2021), um administrador analisa o comportamento do Gestor de Tarefas ao monitorizar processos associados a aplicações em segundo plano. O relatório menciona que o encerramento forçado de um processo suspenso remove automaticamente todas as dependências relacionadas do sistema. Considerando a arquitetura de gerenciamento de processos desta versão, qual afirmação está tecnicamente correta?

A) Que o encerramento de um processo suspenso redefine todas as prioridades do restante sistema, eliminando automaticamente componentes dependentes e libertando recursos críticos de forma integral.

B) Que o Windows encerra processos suspensos apenas após reinicializar o subsistema gráfico, garantindo que dependências relacionadas sejam removidas sem afetar aplicações foreground.

C) Que encerrar um processo suspenso afeta apenas o próprio processo, não eliminando automaticamente dependências, serviços associados ou componentes independentes do modelo de execução.

D) Que o Windows retoma o processo suspenso antes de encerrar o seu contexto, de modo a consolidar dependências e garantir remoção simultânea de todas as estruturas relacionadas.

22. Uma equipa avalia documentos produzidos no Microsoft Word para Microsoft 365, versão 2401 (2024),



utilizando estilos vinculados a temas globais. O setor afirma que alterar o tema modifica automaticamente todas as tabelas existentes, mesmo quando estas possuem formatação manual aplicada. Considerando o comportamento do motor de estilos, qual é a descrição tecnicamente adequada?

A) Que a alteração do tema substitui todas as propriedades manuais de tabelas, impondo formatação integralmente nova e anulando qualquer configuração definida pelo utilizador.

B) Que temas alteram apenas estilos dependentes do esquema global, não sobrepondo formatação manual aplicada pelo utilizador dentro das tabelas já existentes no documento.

C) Que o Word converte automaticamente tabelas com formatação direta em tabelas temáticas, aplicando um estilo uniforme independente das definições anteriores.

D) Que a aplicação de um tema força a atualização global de todas as estruturas, incluindo estilos manuais, apagando todos os esquemas definidos antes da modificação.

23. Durante uma auditoria de fórmulas no Microsoft Excel 2021, um técnico avalia uma planilha que utiliza intervalos nomeados combinados com funções matriciais dinâmicas. O setor afirma que duplicar uma folha provoca a desvinculação automática dos nomes definidos, convertendo-os em referências absolutas. Considerando o mecanismo interno de nomes no Excel, qual posição é tecnicamente correta?

A) Que os nomes definidos são preservados durante a duplicação da folha, mantendo a mesma referência associada ao escopo do livro ou da folha, conforme a definição original.

B) Que nomes definidos deixam de existir após a duplicação da folha, sendo substituídos automaticamente por endereços de célula estáticos em todas as fórmulas copiadas.

C) Que o Excel converte todos os nomes em referências relativas ao duplicar folhas, ajustando cada fórmula conforme a nova posição das células copiadas.

D) Que nomes definidos são replicados como novas instâncias independentes em cada cópia da folha, sendo automaticamente renomeados para evitar conflitos internos.

24. Ao revisar apresentações criadas no Microsoft PowerPoint para Microsoft 365, versão 2306 (2023), um analista estuda o comportamento de animações baseadas em gatilhos associados a objetos específicos. O setor declara que um gatilho configurado desaparece automaticamente quando o objeto associado recebe uma nova transição de slide. Considerando o processamento interno de animações, qual interpretação é correta?

A) Que a aplicação de uma nova transição de slide remove todos os gatilhos vinculados, convertendo animações dependentes em sequências independentes.

B) Que transições de slide não removem gatilhos, pois estes pertencem ao nível de animação do objeto e não ao nível de transição aplicado ao slide.

C) Que o PowerPoint redefine gatilhos sempre que o utilizador altera qualquer elemento visual, eliminando dependências previamente configuradas.

D) Que alterações de transição tornam gatilhos incompatíveis com o slide, sendo estes necessariamente descartados pelo motor de apresentação.

25. Ao configurar políticas empresariais no Microsoft Edge, versão 118 (2023), um administrador analisa o comportamento do navegador ao impor regras de bloqueio de extensões via política centralizada. O setor afirma que desabilitar uma extensão via política remove automaticamente a mesma da conta Microsoft sincronizada. Considerando o funcionamento das políticas de navegador, qual afirmação é tecnicamente válida?

A) Que o Edge remove automaticamente a extensão da conta sincronizada sempre que uma política empresarial desativa a extensão no dispositivo local.

B) Que as políticas empresariais convertem extensões bloqueadas em extensões temporárias, impedindo sincronização local mas mantendo-as ativas na conta remota.

C) Que bloqueios aplicados pela empresa são propagados automaticamente para qualquer dispositivo conectado, removendo extensões sem intervenção do utilizador.

D) Que políticas empresariais desativam a extensão apenas no dispositivo configurado, não resultando na remoção automática da conta Microsoft utilizada para sincronização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, caput, estabelece que a Administração Pública direta e indireta obedecerá a princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em um processo administrativo instaurado em âmbito municipal, foi arguido que a ausência de publicidade de determinados atos justificava-se pela necessidade de preservar a “eficiência” administrativa. À luz da hermenêutica constitucional e dos limites ao princípio da publicidade, assinale a alternativa correta:

A) A publicidade pode ser relativizada em nome da eficiência, pois ambos os princípios possuem igual hierarquia.

B) A publicidade é regra geral, mas admite exceções em casos de segurança do Estado ou proteção da intimidade, jamais para mera conveniência administrativa.

C) A publicidade é princípio meramente programático, de eficácia contida.

D) A eficiência prevalece sobre os demais princípios por ter sido inserida pela EC 19/1998.

27. O desempenho da função pública exige do servidor condutas compatíveis com a supremacia do interesse coletivo. Imagine que um fiscal municipal, por amizade pessoal, deixou de atuar estabelecimento reincidente em irregularidades. Essa conduta deve ser analisada



sob o prisma dos deveres funcionais previstos em legislação administrativa:

- A) Viola diretamente os deveres de probidade, lealdade e imparcialidade, evidenciando desvio de finalidade.
- B) A conduta fere o princípio da supremacia do interesse público, mas não caracteriza violação ética.
- C) Afeta apenas o dever de urbanidade, pois não houve agressividade contra cidadãos.
- D) Compromete unicamente o princípio da eficiência, sem outras repercussões.

28. O Decreto nº 1.171/1994 estabelece orientações gerais sobre padrões de conduta esperados dos servidores públicos federais, abordando aspectos relacionados ao comportamento profissional, às responsabilidades inerentes ao cargo e à forma como as atividades administrativas devem ser desempenhadas. Entre esses elementos, o documento menciona princípios que devem nortear a atuação cotidiana, envolvendo tanto a observância das normas legais quanto parâmetros de conduta que se relacionam ao exercício das funções públicas. Em determinadas situações, é possível que um ato praticado por um servidor atenda às exigências formais previstas na legislação aplicável, mas seja motivado por razões pessoais ou particulares que não guardam relação direta com a finalidade administrativa ou com os objetivos institucionais. Considerando esse tipo de situação e o conteúdo geral do decreto mencionado, assinale a alternativa que apresenta uma avaliação compatível com esse cenário.

- A) Não há irregularidade, já que não se descumpriu a lei.
- B) O ato pode ser lícito sob o aspecto legal, mas antiético e passível de responsabilização disciplinar.
- C) A avaliação da conduta é exclusiva do Poder Judiciário.
- D) A ética administrativa é conceito relativo, inaplicável em decisões concretas.

29. Em determinadas situações administrativas, especialmente em contextos territoriais complexos, podem ocorrer ocupações humanas em áreas classificadas como de preservação permanente, envolvendo populações em condição socioeconômica vulnerável. Nessas circunstâncias, a atuação do agente fiscal se desenvolve em um cenário no qual diferentes normas constitucionais incidem simultaneamente, incluindo aquelas relacionadas à proteção ambiental e aquelas voltadas à salvaguarda de direitos fundamentais das pessoas afetadas. Tais situações frequentemente demandam análise cuidadosa dos elementos presentes, uma vez que envolvem obrigações institucionais, responsabilidades legais e a necessidade de compatibilizar diversos princípios que regem a atuação estatal. Considerando esse tipo de contexto e a coexistência dos dispositivos constitucionais mencionados, assinale a alternativa que apresenta uma forma de atuação compatível com esse cenário.

- A) A atuação deve ser exclusivamente repressiva, aplicando autos de infração.
- B) O fiscal deve ignorar a irregularidade em função da vulnerabilidade social.
- C) A questão deve ser transferida exclusivamente ao Poder Judiciário.
- D) A ação deve considerar a dignidade da pessoa humana, articulando soluções intersetoriais sem descartar a sanção administrativa.

30. Os Códigos de Posturas Municipais, elaborados no âmbito de cada município, estabelecem normas destinadas à organização da convivência urbana, abrangendo temas como uso do solo, higiene pública, ordenamento das atividades comerciais e regras relacionadas ao bem-estar coletivo. Entre as situações previstas nesses instrumentos normativos estão aquelas relacionadas à emissão de ruídos acima dos limites permitidos, podendo envolver estabelecimentos que apresentam repetidas ocorrências de desconformidade com as regras locais. No exercício de suas atribuições, o agente fiscal deve observar os procedimentos previstos em lei, respeitando a competência administrativa que lhe foi atribuída, bem como as formalidades associadas à atividade fiscalizatória. Em casos de reincidência, ações administrativas podem demandar registro, avaliação e eventual adoção de medidas previstas pelo ordenamento vigente. Considerando esse contexto geral e a necessidade de atuação dentro dos parâmetros legais, assinale a alternativa que apresenta uma conduta compatível com esse cenário.

- A) Apenas registra ocorrência para encaminhar ao Ministério Público.
- B) Limita-se a advertir verbalmente o responsável, dada a dificuldade de mensuração sonora.
- C) Deve aplicar as sanções previstas, assegurando contraditório e ampla defesa ao infrator.
- D) Não pode agir, pois a competência exclusiva seria da polícia militar.

31. Em atividades de fiscalização realizadas em feiras livres, é comum que surjam disputas relacionadas à ocupação e ao uso de áreas públicas por diferentes comerciantes. Tais situações podem envolver divergências sobre limites de espaço, disposição de bancas, circulação de pessoas ou outras questões que afetem o funcionamento geral do local. Nesses contextos, o agente fiscal atua como representante da Administração Pública, sendo responsável por intervir quando necessário para garantir o cumprimento das normas vigentes e a adequada utilização do espaço comum. A forma como essa intervenção ocorre pode variar de acordo com as circunstâncias, e diferentes métodos de comunicação e interação podem ser empregados para lidar com tensões ou desacordos entre os envolvidos. Considerando esse tipo de ambiente e a necessidade de conduzir a fiscalização de maneira organizada e funcional, assinale a alternativa que apresenta uma postura compatível com esse cenário.



- A) Impor decisão unilateral, sem diálogo, como forma de reafirmar autoridade.
- B) Utilizar comunicação clara, escuta ativa e técnicas de mediação para buscar solução pacífica e legítima.
- C) Chamar de imediato a polícia militar, sem intervir na situação.
- D) Abster-se de intervir, deixando os envolvidos resolverem sozinhos.

32. Relatórios técnicos produzidos por agentes fiscais integram a documentação formal resultante das atividades de fiscalização desempenhadas no âmbito da Administração Pública. Esses documentos podem ser utilizados por diferentes setores administrativos e, em alguns casos, encaminhados a instâncias superiores para análise, deliberação ou adoção de medidas complementares. Além disso, tais relatórios podem vir a compor processos administrativos ou judiciais, dependendo da natureza da ocorrência registrada e das eventuais consequências legais decorrentes. Nesse contexto, a elaboração do relatório requer atenção a determinados aspectos relacionados à forma, ao conteúdo, ao registro das informações observadas e à maneira como os dados são apresentados para fins de consulta posterior. Considerando essa função e a relevância desses documentos dentro das atividades administrativas, assinale a alternativa que apresenta um procedimento compatível com esse tipo de situação.

- A) Redigir de forma opinativa e subjetiva, já que se trata de documento interno.
- B) Fundamentar objetivamente, utilizando dados técnicos verificáveis e linguagem clara.
- C) Produzir apenas impressões pessoais, dispensando objetividade.
- D) Redigir de modo sigiloso, sem necessidade de fundamentação.

33. O auto de infração é um dos instrumentos formais utilizados pela Administração Pública durante procedimentos fiscalizatórios, servindo para registrar a ocorrência de fatos considerados irregulares conforme a legislação aplicável. Trata-se de um documento que materializa a identificação de possível infração administrativa e que pode gerar a abertura de processos ou a adoção de medidas subsequentes por parte do órgão competente. A elaboração desse instrumento envolve requisitos relacionados à forma, ao conteúdo e à observância de normas que regulam sua validade, sendo necessário considerar aspectos como o registro das circunstâncias verificadas, a indicação das disposições legais pertinentes e a identificação da autoridade responsável pela lavratura do documento. Diante desse contexto, e considerando que autos de infração são atos que integram formalmente o exercício da atividade fiscalizatória, assinale a alternativa que apresenta uma característica compatível com a natureza desse tipo de instrumento.

- A) É ato vinculado, devendo conter elementos legais como descrição do fato, norma violada e assinatura da autoridade.

- B) É ato discricionário, podendo ser lavrado sem formalidades.
- C) É ato político, insuscetível de controle judicial.
- D) É ato interno, não sujeito à ciência do atuado.

34. As Normas Regulamentadoras (NRs) contêm orientações e obrigações relacionadas à segurança e saúde no trabalho, incluindo disposições específicas para situações em que há exposição a agentes biológicos. Durante fiscalizações sanitárias realizadas em locais que ofereçam esse tipo de risco, o agente público deve observar procedimentos que envolvem tanto a proteção individual quanto a prevenção de danos coletivos, considerando as condições do ambiente e as exigências previstas nas normas aplicáveis. Nessas circunstâncias, diferentes tipos de equipamentos e medidas de proteção podem ser requeridos, cabendo ao servidor avaliar as situações encontradas e adotar as providências necessárias para desempenhar suas funções com segurança e de acordo com as determinações legais. Considerando esse conjunto de orientações e o contexto de ambientes sujeitos à presença de agentes biológicos, assinale a alternativa que apresenta uma conduta compatível com tais diretrizes.

- A) O uso de EPI é opcional, dependendo da experiência do servidor.
- B) O fiscal pode substituir EPI por roupas comuns se julgar suficiente.
- C) O EPI substitui integralmente medidas coletivas de proteção.
- D) O fornecimento e uso de EPI são obrigatórios, cabendo ao empregador fornecer e ao servidor utilizar adequadamente.

35. Em procedimentos administrativos relacionados à fiscalização de obras, diversos instrumentos podem ser utilizados pelos agentes competentes para registrar situações encontradas no local e, quando necessário, determinar a interrupção temporária de atividades. Entre esses instrumentos, o auto de embargo integra o conjunto de atos formais pelos quais a Administração Pública comunica ao interessado a adoção de determinada medida administrativa.

A validade desses atos está condicionada ao cumprimento de requisitos estabelecidos pelo ordenamento jurídico, incluindo aspectos referentes à forma, ao conteúdo e à maneira como são apresentadas as razões que justificam sua emissão. Quando algum desses elementos não é atendido, podem surgir questionamentos por parte do administrado quanto à legalidade ou regularidade do ato praticado. Considerando esse tipo de situação e o princípio que exige a explicitação das razões que fundamentam atos administrativos, assinale a alternativa que apresenta uma conclusão compatível com esse cenário.

- A) A ausência de motivação não compromete a validade de ato discricionário.
- B) O ato é apenas anulável mediante recurso hierárquico.



- C) A ausência de motivação implica nulidade absoluta do ato.
D) O ato é válido se praticado por autoridade competente.

36. Em determinadas situações verificadas durante ações fiscalizatórias, pode ocorrer a identificação de condições que representem risco imediato à integridade física das pessoas, ao bem-estar coletivo ou à saúde pública. Diante desse tipo de constatação, a autoridade administrativa responsável pode adotar medidas que envolvem a restrição temporária do funcionamento de atividades ou estabelecimentos, com o objetivo de evitar a continuidade de situações potencialmente prejudiciais. Essas medidas se inserem no conjunto de mecanismos previstos no ordenamento jurídico para atuação da Administração Pública em circunstâncias que exigem resposta rápida e formalmente estruturada. Cada uma dessas medidas está associada a uma das formas de atuação estatal reconhecidas como modalidades de exercício de autoridade administrativa. Considerando esse contexto e o enquadramento jurídico das diferentes formas de atuação estatal, assinale a alternativa que corresponde ao tipo de poder administrativo exercido nessa situação.

- A) Poder hierárquico.
B) Poder de polícia, marcado pela coercibilidade e autoexecutoriedade.
C) Poder regulamentar.
D) Poder disciplinar.

37. Nos processos conduzidos pela Administração Pública, inclusive aqueles decorrentes de ações fiscalizatórias, aplicam-se garantias destinadas a assegurar que os interessados possam acompanhar os procedimentos, apresentar manifestações e exercer seus direitos de forma adequada. Essas garantias decorrem de princípios gerais que regem a atuação administrativa e que se aplicam sempre que houver possibilidade de imposição de medidas que afetem direitos, deveres ou interesses particulares. No contexto das fiscalizações sanitárias realizadas em estabelecimentos comerciais, é comum que sejam lavrados autos que registram possíveis infrações às normas específicas da área. A partir desse registro, podem ser iniciados procedimentos administrativos que envolvem etapas formais e oportunidades de manifestação por parte do responsável pelo estabelecimento. Considerando esse cenário e os princípios que regem o devido processo legal na esfera administrativa, assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade compatível com essa situação.

- A) Não possui direito ao contraditório, que só se aplica a servidores públicos.
B) Tem direito ao contraditório e à ampla defesa sempre que houver possibilidade de sanção.
C) Não tem acesso ao contraditório em autos de infração.
D) Só pode exercer defesa na via judicial.

38. A Constituição Federal de 1988 estabelece a organização político-administrativa do Estado brasileiro, reconhecendo a autonomia dos municípios para legislar e atuar em matérias de interesse local, assim como para organizar e executar serviços públicos de sua responsabilidade. Entre os instrumentos normativos utilizados pelos municípios estão as chamadas posturas municipais, que tratam de regras relacionadas à convivência urbana, ao uso de espaços públicos, ao ordenamento de atividades locais e a diversos aspectos da administração cotidiana nas cidades. Essas normas são editadas no âmbito da competência municipal e têm como finalidade disciplinar situações específicas do território, podendo envolver temas variados que dizem respeito ao funcionamento da vida urbana e ao atendimento das necessidades da coletividade. Considerando esse conjunto de atribuições conferidas aos municípios pela Constituição, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação compatível com essa competência normativa.

- A) Exerce competência própria, prevista no art. 30 da CF/88.
B) O município age apenas como delegado da União.
C) Só pode atuar mediante autorização estadual.
D) É dependente da União para editar normas de convivência urbana.

39. Em estabelecimentos comerciais, especialmente aqueles que trabalham com grande variedade de produtos e atualização frequente de valores, podem ocorrer divergências entre o preço divulgado ao consumidor em etiquetas, gôndolas, cartazes ou outros meios de informação e aquele que é posteriormente registrado no sistema de cobrança no momento do pagamento. Situações dessa natureza podem gerar questionamentos por parte dos clientes e demandar atuação dos responsáveis pelo estabelecimento ou dos agentes fiscalizadores, uma vez que envolvem práticas relacionadas à oferta de produtos e às condições nas quais a relação de consumo se estabelece. Diante de um cenário em que se identifica diferença entre o preço anunciado e o valor informado no caixa durante a fiscalização de um supermercado, deve-se considerar o arcabouço normativo aplicável à proteção e defesa do consumidor. Considerando essa situação e o que prevê a legislação pertinente, assinale a alternativa que apresenta uma consequência compatível com esse contexto.

- A) O consumidor deve pagar o valor maior.
B) O fornecedor decide qual valor aplicar.
C) O caso não é regulado pelo CDC.
D) O consumidor tem direito de pagar o menor valor, prevalecendo a oferta mais favorável.

40. A legislação brasileira estabelece regras específicas para a reparação de danos ambientais, contemplando diferentes situações em que atividades humanas podem causar impactos negativos ao meio ambiente, seja por ação direta, omissão, acidentes, falhas operacionais ou outras formas de degradação. No âmbito local, é possível que empresas desenvolvam



atividades que resultem em poluição ou comprometam a qualidade ambiental, gerando a necessidade de atuação dos órgãos fiscalizadores e a aplicação de mecanismos jurídicos destinados à responsabilização e recuperação dos danos. O tratamento jurídico desses casos envolve princípios e conceitos próprios do direito ambiental, além de regras relacionadas à responsabilidade civil, que podem variar de acordo com a natureza do dano, sua extensão e a forma como o ordenamento jurídico estabelece a obrigação de reparar. Considerando esse cenário e o regime jurídico aplicável à reparação de danos ambientais no Brasil, assinale a alternativa que apresenta uma característica compatível com essa situação.

- A) É subjetiva, exigindo prova de dolo ou culpa.
- B) É sempre subjetiva, necessitando perícia técnica.
- C) É objetiva, fundamentada na teoria do risco integral.
- D) É facultativa, dependendo de legislação municipal.

